Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco,
Marechal em 01-03-1965

Parte II

DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DO GOVERNO

Política do Governo em Outras Áreas

Na área externa, a exemplo do que vem ocorrendo com sua ação interna, também no campo da política externa procurou o governo imprimir um sopro de renovação que propiciasse a mobilização de todos os seus elementos a serviço do fortalecimento do poder nacional. Sob a égide da idéia de que o único roteiro da política exterior deve ser a busca incessante do interesse nacional, o governo revolucionário se viu obrigado a reformular desde o início a posição do Brasil em face de alguns problemas fundamentais.

A primeira dessas reformulações atingia o cerne da orientação da política externa, com o objetivo de fazê-la readquirir a nitidez compatível com a própria dignidade nacional, sempre infensa a posições ambíguas. Consistiu em revigorar a idéia de que, diante do conflito ideológico que divide o mundo contemporâneo, a política externa brasileira se orienta por uma opção básica que já havíamos feito e que se traduz por uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Essa atitude básica de modo algum invalida a prática de uma política exterior independente, no sentido de que assim deve ser, por força, a política de um país soberano.

Mas esta orientação de fundo exigia uma definição sobre conceitos como os de “política independente”, “nacionalismo” e “neutralismo”, que haviam deixado de ter o sentido corrente para significar marcadas posições de oposição aos interesses e concepções do mundo ocidental. É oportuno, assim, acentuar que, ao preservar a sua política de independência, não dá o Brasil adesão prévia a qualquer das grandes potências mundiais, inclusive aquelas que são responsáveis pela defesa do sistema ocidental, pois que em relação a estas importa distinguir o que se vincula realmente ao interesse do mundo livre e o que diz respeito aos interesses específicos de uma grande potência.

Quanto ao nacionalismo, que, no seu lídimo significado, deve ser fonte permanente de inspiração para os responsáveis pela vida de qualquer nação, terminou por adquirir aceção deturpada, transformando-se em disfarçada opção em favor dos sistemas socialistas e dando margem a uma política cheia de contradições e dubiedades. É ilustrativo desse fenômeno o fato de, nos anos que antecederam o atual governo, levantarmos os nossos protestos no plano externo, contra a insuficiência do auxílio estrangeiro e dos investimentos de capital, ao mesmo tempo em que, no plano interno, adotávamos restrições e até hostilidade ao capital alienígena.

Decorre dessa preocupação de nitidez a nossa incompatibilidade com o chamado neutralismo, cujas principais feições dir-se-iam incompatíveis com uma nação de possibilidades e objetivos acentuadamente afirmativos. De fato, seja por exprimir uma fuga diante dos perigos da realidade internacional, seja por significar emotividade ditada pelo ressentimento para com as antigas nações colonizadoras, o neutralismo acaba sempre por acarretar uma indeterminação na própria política interna, que frequentemente se corrompe numa híbrida ineficiência.

Colocando-se acima dessas disputas verbais, que costumam esconder propósitos e objetivos difíceis de apresentar à nação, o governo deseja fazer da diplomacia instrumento destinado a carrear recursos para o nosso desenvolvimento econômico e social, meio de fortalecimento do poder nacional do Brasil.

A AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1964

Na Área Externa

No quadro das linhas básicas de política externa, definidas anteriormente, considerou o governo como de interesse prioritário o fortalecimento das relações com seus vizinhos do hemisfério, sem prejuízo dos rumos de universalismo inerentes à política externa de um grande país. Na realidade atribuímos particular importância à integração latino-americana, e buscamos aprimorar, em todos os campos, as relações com os demais países do continente, em particular com os nossos limítrofes, em relação aos quais desejamos aumentar os sistemas de transportes e comunicações, de modo a que as fronteiras sejam, antes de tudo, um traço de união.

É do interesse do Brasil manter, estreitar e intensificar as relações de toda ordem com as repúblicas do continente Americano, ao qual pertencemos não apenas

geograficamente, mas por fundos laços históricos, culturais e étnicos. Num círculo mais amplo em que se desenvolve nossa ação no plano externo, o Governo da Revolução tudo fez para restabelecer a recíproca amizade, a confiança, o prestígio e o crédito no âmbito das nações que integram a comunidade ocidental, com as quais temos desenvolvido vigorosas relações de ordem cultural, social e econômica.

No plano continental, dois fatos especiais marcaram a política exterior da Revolução: o rompimento com o governo Cubano; e o reforço do sistema de segurança continental, defendido na IX Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em junho do ano passado. O primeiro, natural decorrência da provada tentativa de intervenção de agentes cubanos nos negócios internos brasileiros. O segundo, com a finalidade de fortalecer o sistema interamericano como instrumento de segurança dos países que o integram.

Ainda dentro da mesma orientação de estreitar a solidariedade continental, deu o governo especial atenção ao problema do revigoramento da Organização dos Estados Americanos. Por iniciativa de um grupo de países americanos, aos quais se associara o Brasil, decidiu-se romper o impasse existente há vários anos, relativo à celebração de uma reunião de natureza ampla daquela organização. Assim, ainda no primeiro semestre do ano em curso, efetuar-se-á a II Conferência Interamericana Extraordinária, tendo por sede o Rio de Janeiro.

Ao tratarmos dos países americanos, cabe natural referência às nossas relações com os Estados Unidos da América, as quais tivemos de repor em condições de normalidade para mútuo e útil entendimento. Subordinadas às contingências e interesses da política interna, elas haviam deixado de orientar-se pela conveniência e aspirações nacionais, para se transformarem num elemento de manobra no jogo de composições partidárias. Houve a necessidade de remover uma posição ambígua, substituindo-a por uma recíproca e leal colaboração. Temos hoje a convicção de que o Brasil e a grande nação norte-americana, nossa tradicional aliada em duas guerras, conjugam os seus interesses comerciais e econômicos no plano de uma política e de uma amizade dignas dos dois povos. É mesmo de notar que o respeito mútuo e a integridade com que marcamos as nossas intenções e proposições são de molde a colocar os nossos entendimentos em alto e proveitoso nível.

Coincidentes nos anseios de paz do continente, bem como com os fundamentos da segurança coletiva, na qual têm os Estados Unidos parte tão assinalável, as relações entre as duas nações não conhecem senão motivos para constante aprimoramento. Prova

disso são as negociações bilaterais que têm merecido naquele país o tratamento de uma nação desejosa de colaborar no soerguimento das condições econômicas do nosso povo.

Aspiração esta da qual a Aliança para o Progresso, notável empreendimento para uma ação conjugada multilateral em prol do breve desenvolvimento dos países latino-americanos, se tem revelado instrumento de grandes possibilidades. O governo brasileiro procura utilizar as facilidades oferecidas pela Aliança e prosseguirá nas gestões para uma aplicação ainda mais ampla dos dispositivos de cooperação interamericana.

Ainda no âmbito regional, o Brasil deu todo o apoio à Associação Latino-Americana de Livre Comércio, e considera irreversível o processo de integração econômica dos países membros da ALALC.

É também com satisfação que nos podemos referir ao êxito das negociações levadas a efeito com a França, e relativas à questão que se constituíra, por vários anos, em delicado problema nas relações dos dois países — problema que afetava os entendimentos entre governos e entre instituições financeiras e comerciais.

Por força do ajustado, o Governo brasileiro está liquidando obrigações não saldadas há mais de vinte anos, o que faz com a cooperação de instituições francesas de crédito, que nos proporcionam facilidades decorrentes da confiança depositada no Brasil.

As relações com os países europeus, nossos amigos tradicionais, passaram a ser objeto de especial preocupação por parte do governo brasileiro, desejoso de maior aproximação, com o escopo de trocarmos mais produtos, obtermos maiores créditos para o nosso desenvolvimento, e podermos lucrar mutuamente, graças a um mais íntimo e recíproco conhecimento. Também não foi descurada a ampliação de relações com os países das demais áreas, tanto estamos certos da conveniência de o Brasil estender a sua presença aos povos da Europa Oriental, da Ásia e da África, não apenas em busca de novos mercados para o nosso comércio, mas também pelo motivo político de mantermos boas relações com quantos desejarem tratar conosco na base da confiança e do respeito mútuo.

Podemos mesmo assinalar que a circunstância de encontrarmos, no Leste europeu, países de filosofia política essencialmente divergente da que temos, em nada tem contribuído para qualquer divergência com os Governos que os representam. As nossas relações não somente têm sido mantidas, mas poderão ser ampliadas, inclusive através de maior intercâmbio comercial.

Quanto à Organização das Nações Unidas, mantivemos a mesma orientação seguida desde 1946, no sentido do fortalecimento do órgão mundial, indispensável na manutenção de um sistema de segurança. Assim, havendo cumprido todas as suas obrigações para com a ONU, sustentou o Brasil a necessidade de ser reformada a Carta que a rege, a fim de permitir a consolidação e o reforço das atividades de paz das Nações Unidas.

Essas atividades, realizadas à margem de dispositivos expressos na Carta da ONU, têm obtido o apoio de grande número de países, inclusive o Brasil, que para elas têm contribuído com recursos de toda a ordem. Contudo, dada a falta de expressas determinações, a matéria tem suscitado graves divergências, que levaram o Brasil, na recente Assembléia-Geral das Nações Unidas, a manifestar o quanto o assunto o preocupa.

Ainda no quadro da ONU, o Brasil emprestou especial importância aos trabalhos da Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimento, realizada em Genebra no ano passado. Reclamou o Brasil, sobretudo, a aplicação prática das importantes recomendações da Conferência de Genebra em favor da revisão dos termos mundiais de comércio, no sentido de atenuar as condições sempre desfavoráveis aos exportadores de matérias-primas. E o assunto continuará a merecer a atenção do Governo brasileiro, que se empenha na defesa de teses favoráveis às relações comerciais dos países em desenvolvimento.

Fiel à sua ininterrupta tradição pacifista, o Brasil, quer na Comissão Mundial de Desarmamento, quer na Assembléia-Geral da ONU, perseverou nos esforços em prol de acordos capazes de contribuir para a diminuição da tensão internacional, de modo a liberar maiores recursos para nações que reclamam recursos para acelerarem o seu desenvolvimento. Outrossim, tem o Brasil insistido nas manifestações em favor da ampliação do Tratado de Moscou, sobre a cessação parcial das experiências atômicas, visto considerar a prescrição total dos ensaios nucleares importante fator para a paz e segurança internacionais.

Por último queremos expressar quanto o Brasil se considerou honrado pela visita com que o distinguiram três eminentes Chefes de Estado: o Presidente Heinrich Luebke, da República Federal Alemã; o Presidente Leopold Senghor, da República do Senegal, e o Presidente Charles De Gaulle, da França.

Essas visitas, como é notório, muito contribuíram para a maior aproximação do Brasil com os países daqueles ilustres homens públicos, não somente pelo teor e

importância dos assuntos tratados em alto nível, mas também pela oportunidade oferecida para melhor informação à opinião pública estrangeira sobre o Brasil. Por sua vez teve o povo brasileiro a ocasião para externar de modo caloroso a sua afeição por eminentes representantes de povos com os quais está ligado pelos mais sólidos vínculos de amizade e admiração. Ê, pois, com sincero júbilo que o Governo brasileiro registra acontecimentos tão auspiciosos em nossa vida internacional.

Aí tendes, Senhores Congressistas, em suas linhas gerais, a política externa do Brasil- Certos de que vivemos num mundo cada vez menor e cada vez mais vulnerável aos engenhos da ciência e da técnica, estamos também cada vez mais imbuídos da convicção de que jamais será excessiva qualquer ação ou iniciativa realizada com o propósito de contribuir para a preservação da paz, supremo ideal de todos os povos.

Parte III

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1955

DIRETRIZES NA ÁREA EXTERNA

O governo revolucionário continuará a pautar sua ação-externa pelas linhas básicas anteriormente definidas, fazendo de sua política exterior o instrumental cada vez mais eficaz que assegure a contribuição externa para o seu programa de ação • global.

Em termos específicos, procurará o Governo brasileiro reforçar o sistema interamericano, reformulando-o para maior eficiência dos instrumentos de segurança do hemisfério e adaptando-o a novas tarefas impostas pela evolução da posição dos países-membros do sistema. O impasse existente há vários anos quanto ao próprio funcionamento do sistema interamericano deverá ser rompido com -a celebração da II Conferência Interamericana Extraordinária do Rio de Janeiro, na primeira parte do ano em curso, quando se espera a inauguração de uma nova fase capaz de propiciar solução para alguns problemas fundamentais do continente.

Quanto à Organização das Nações Unidas, o Governo brasileiro reiterara a posição enunciada durante o debate geral da XIX Assembléia Geral, favorável a uma reforma da Carta de São Francisco que incorpore o conceito e o mecanismo de funcionamento das operações de manutenção da paz, cujo desenvolvimento se fez à

margem do estatuto legal da Organização,, criando, em decorrência, a crise financeira com que ora se defronta a ONU.

Por outro lado, batalhará o Brasil pela implementação dos mecanismos' previstos na Ata Final da Conferência das Nações- Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, com vistas à reestruturação do comércio internacional em função do desenvolvimento econômico dos países menos favorecidos. Ao mesmo tempo, participará ativamente o Brasil das negociações para a adaptação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio ao progresso resultante das negociações daquela Conferência.

No plano econômico, procurará o Governo brasileiro assegurar a canalização de recursos dos países exportadores de capital para o programa de investimentos brasileiros, seja através de crédito sem condições adequadas seja através de investimentos.

Consciente de que a ajuda externa deverá constituir complementação temporária das necessidades de recursos para investimento e de caber ao comércio exterior propiciar os recursos para o desenvolvimento econômico do País, o Governo continuará a adotar medidas que assegurem a indispensável expansão das exportações tanto dos produtos tradicionais quanto de produtos manufaturados. Além das que afetam as condições do comércio exterior, procurará o Governo desenvolver ação mais positiva de conquista de mercados, especialmente aqueles nos quais ainda não se verifica, a desejada penetração de produtos brasileiros.